

ATA Nº. 3

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos Multiusos.

Estiveram presentes:

- Sílvia Cristina Tirapicos Pinto - *Presidente*
- Catarina Cartaxo Correia dos Loios – *1ª. Secretária*
- José Augusto Silva Rosalino – *2º. Secretário*

E os membros:

Bruno Miguel Teixeira Queirós, Helena Sofia Faria Herdadinha, Rui Manuel Cosme Estriga, José Manuel Nunes Pinto, Isabel Maria Pereira Lobato, Margarida dos Loios Condeço, Filipe Nuno Beja Silva Tavares Simões, António José Rocha Barreto, Lara Guadalupe Gingão Coelho, Maria Manuel Pimpão Gabriel, Carlos Cartaxo Correia dos Loios, Nuno Manuel Valadas Rebocho; António Maria Neutel Pequito Costelas Garcia, Sandra Maria Marques Serra Alpiarça, Pedro Manuel Martins Silveira.

Faltaram, por motivo justificado: Manuel Dinis Passinhas Cabeça, Cláudia Sobreiro Monteiro e Daniel Fernando Canôa Coelho, que, nos termos dos artºs. 78º e 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, foram substituídos por Pedro Miguel Pequito Correia, Mário Santinhos Alves e Helena Isabel Falcão, respetivamente.

Do órgão executivo estavam presentes, o Sr. Presidente e os Vereadores Rodrigo José de Deus Pannels, Ana Raquel Portalegre Tomaz, Carla Gertrudes Ramires Romana e Gonçalo Alexandre Coelho Lopes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão cumprimentando o Sr. Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os membros da A.M., o público presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da sessão.

Seguidamente informou que foi recebida uma Moção, enviada pela bancada da CDU, que foi distribuída a todos eleitos, solicitando à bancada da CDU que procedesse à apresentação do documento “Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025”.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- Margarida Condeço desejou as boas noites a todos, referindo que a moção, na verdade era uma saudação, procedeu à leitura da da , a qual se transcreve na íntegra:

“Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025

A Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025, convocada pela CGTP-IN e à qual se juntaram outras centrais sindicais, construída a partir de uma justa reivindicação dos trabalhadores pela melhoria das condições de trabalho e de vida e pela exigência de retirada do Pacote Laboral, apresentado pelo Governo com o anteprojeto Trabalho XXI.

Esta Greve geral, uma das maiores de sempre, foi uma poderosa e expressiva demonstração da força e da organização dos Trabalhadores de todos os setores na luta e defesa dos seus direitos à escala nacional, e o concelho de Arraiolos não foi exceção. Foi uma demonstração inequívoca da rejeição deste Pacote laboral por parte de quem trabalha. Foi um sinal claro que não pode ter outra consequência que não seja o abandono do Governo da sua intenção de degradar ainda mais a legislação laboral que contribui para o aumento da exploração e da precariedade, e aprofunda os atrasos e desigualdades do país. Essa resposta torna-se ainda mais significativa por ter contrariado e vencido todo o arsenal de expedientes utilizados para tentar pôr em causa o direito à greve e esconder os seus direitos.

Esta Greve Geral afirmou os direitos e liberdades democráticas, e aponta o caminho de que Portugal precisa e reclama para a concretização do projeto de desenvolvimento, progresso e justiça social que a Constituição da República Portuguesa comporta.

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Arraiolos saúda os trabalhadores, incluindo os trabalhadores das Autarquias Locais, pela realização da Greve Geral do passado dia 11 de Dezembro e pela poderosa demonstração de força e unidade que esta constituiu de clara rejeição do Pacote Laboral e exigência de mais salários, direitos e melhores serviços públicos. Saúda a CGTP-IN, que tomou a iniciativa de avançar com esta ação contra o pacote laboral e a greve Geral, bem como as estruturas sindicais e outras organizações dos trabalhadores que marcaram posição e a ela se associaram. É tempo de ouvir os trabalhadores: é tempo de intensificar a luta contra o Pacote Laboral; é tempo de dar melhores condições de vida e de trabalho a todos; é tempo de um futuro, mais próspero e mais justo para todos os que vivem do seu trabalho!

Solicita-se à Assembleia Municipal de Arraiolos, reunida a 30 de Dezembro de 2025, que delibere a presente saudação, enviando às confederações sindicais, aos grupos parlamentares e partidos representados na Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e à Presidência da República, o conteúdo desta moção em caso de aprovação.

Os eleitos na Assembleia Municipal de Arraiolos

Arraiolos, 30 de Dezembro de 2025”

De acordo com as inscrições intervieram:



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- *Filipe Simões* desejou as boas noites a todos e solicitou um esclarecimento se o documento se enquadrava no âmbito de uma Assembleia Municipal. Referiu não compreender que uma Assembleia Municipal servisse para apresentar moções de cariz ideológico ou funcionar como caixa de ressonância da CGTP. Na sua opinião, a Assembleia Municipal deve centrar-se na defesa dos arraiolenses e na melhoria das condições de vida em Arraiolos, não devendo atuar a reboque de organizações externas. Considerou, por isso, inadequada a instrumentalização de um órgão municipal como a Assembleia Municipal de Arraiolos.
- José Pinto começou por dar as boas-noites a todos, expressando o desejo de que tivessem tido um bom Natal e desejando igualmente um feliz ano de 2026 a todos os eleitos presentes, bem como aos arraiolenses que assistiam à Assembleia Municipal. Referiu que a moção apresentada se prende com uma questão de grande importância: o pacote laboral apresentado pelo Governo. Segundo afirmou, este foi apresentado de forma extemporânea e sem qualquer diálogo, o que levou a UGT e até sindicalistas do Partido Social Democrata a juntarem-se a esta ação, por considerarem tratar-se de um ataque aos direitos dos trabalhadores — algo que classificou como inconcebível em vários aspetos. Sublinhou que o principal objetivo deste pacote laboral é a diminuição dos salários, a redução do custo do trabalho e a manutenção dos lucros das multinacionais e das grandes empresas à custa dos rendimentos dos trabalhadores. Acrescentou que não se tratar de uma questão ideológica, que na sua perspetiva, qualquer economista sensato, ao analisar os dados, compreende a incoerência de promover um ataque aos salários numa altura em que a economia, segundo dados internacionais — dos quais o próprio Governo se tem vangloriado — apresenta crescimento. Questionou, assim, por que razão, num contexto de crescimento económico, o fator trabalho e os salários devem ser prejudicados, sobretudo quando já se vive uma realidade de baixos rendimentos. Concluiu afirmando que, ideológico é este pacote laboral, e que a Assembleia Municipal deve discutir este tema, uma vez que aquilo que afeta a vida dos portugueses também afeta diretamente a vida dos arraiolenses, não podendo a autarquia dissociar-se de uma situação que considera grave do ponto de vista dos direitos dos trabalhadores.

Não havendo mais intervenções registadas, a Presidente da Mesa referiu que, conforme questão colocada pelo eleito Filipe Simões à Mesa da A.M., esta entende que este tipo de saudações ou moções deve ser apresentado à Assembleia Municipal, independentemente do partido proponente, tendo também em conta o impacto junto dos trabalhadores do concelho. Nesse sentido, foi entendido que a proposta fosse remetida a todos os membros da A.M. para apreciação e votação.

- Filipe Simões interveio dizendo que se é apresentada à A.M. e votada mediante aprovação vai ser referida em nome da A.M., entendendo que podia ser feito em no-

me da CDU de Arraiolos do núcleo PCP ou feito às centrais sindicais, sendo esse apoio tácito, em nome da A.M. Ihe parecer extemporâneo.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, procedeu-se à votação verificando-se a aprovação da mesma, por maioria, com 17 votos favoráveis (CDU e PS) e 4 votos contra pelo eleitos do PSD.

- Helena Herdadinha apresentou a seguinte declaração de voto:

“ A bancada do PSD vota contra, apesar de respeitar o direito à greve, mas não acompanha esta moção a nível ideológico e partidário.”

De acordo com as inscrições intervieram:

- *Sandra Alpiarça* desejou as boas festas a todos os presentes. Congratulou a Câmara Municipal pelas decorações de natal, por todas as festas e atividades de animação e de rua, espetáculos para a população em geral que estavam bem conseguidos e que embelezaram a nossa vila.
- *Bruno Queirós* cumprimentou a Sr^a. Presidente da A. M. e, na sua pessoa, todos os eleitos, o Sr. Presidente da Câmara e, nele, todo o executivo, dirigindo ainda um cumprimento especial a todos os que se encontravam a assistir à Assembleia Municipal. Referiu que poderia haver uma maior participação do público caso as assembleias fossem transmitidas. Aproveitou também para desejar boas festas, expressando o desejo de que o Natal tenha sido passado com a família, com saúde e paz, e que o novo ano seja de renovação, de futuro e, acima de tudo, de transformação. De seguida, registou três notas:
 - 1.^a – Questionou a Sr^a. Presidente da A.M. sobre a eventual disponibilização de emails institucionais para todos os eleitos, tendo em conta que alguns estão a utilizar emails da Câmara Municipal, perguntando se essa possibilidade é generalizada ou exclusiva.
 - 2.^a – Relativamente à alteração da lista de eleitos publicada no site da Câmara Municipal, referiu que a mesma surge ordenada por partidos e não de acordo com o resultado do sufrágio e respetiva tomada de posse, considerando não ser a ordenação mais adequada. Assinalou, contudo, que a confirmação de presenças na A. M. tem sido feita de forma correta e transparente.
 - 3.^a – Questionou qual o ponto de situação da comissão de análise do Regimento da Assembleia Municipal, conforme deliberação da reunião anterior, referindo que a mesma carece de convocatória própria e em local adequado.
- *José Pinto* complementou a intervenção de Sandra Alpiarça, destacando o papel das Juntas de Freguesia do concelho de Arraiolos. Sublinhou a sua ação dinamizadora através de diversas iniciativas, promovidas tanto pelas próprias juntas como em colaboração com o movimento associativo. Estas ações merecem especial reconhecimento pelo contributo

significativo para o bem-estar das comunidades, ao preservarem tradições e ao fomentarem maior dinamismo junto das populações.

- *Pedro Correia* cumprimentou a mesa da Assembleia Municipal, todos os eleitos e dirigiu uma saudação especial ao público presente. Recordou que, no mandato anterior, foi constituída a Assembleia Municipal Jovem e que, com a transição de mandato, esta teria de ser novamente formada. Questionou, assim, se a sua constituição está prevista para o atual mandato e qual o ponto de situação relativamente a este processo.

A Presidente da A.M. respondeu às questões colocadas, referindo que, relativamente aos emails institucionais, qualquer membro da A.M. interessado deverá manifestar essa intenção, para que os serviços possam proceder à sua criação. Quanto à lista dos eleitos publicada no site da Câmara, admitiu não ter verificado a sua atual configuração, mas considerou que poderá manter-se pela ordem em que foram eleitos. Relativamente à reunião da comissão de análise do Regimento, informou que não foi efetuada qualquer convocatória formal, sugerindo que, no final da Assembleia Municipal, se possa agendar uma data para a sua realização. Por fim, referiu que a Assembleia Municipal Jovem será também um dos assuntos a abordar.

De acordo com as inscrições intervieram:

- *Nuno Rebocho* tinha duas questões a apresentar: 1.^a questão - para quando a colocação em prática do projeto de sinalética nas freguesias, um bom projeto elaborado pelo Município, referindo que Igreja carece urgentemente da sua aplicação porque a sinalética existente se encontra obsoleta, que já não está regulamentada e sinais de perigo inexistentes. 2.^a questão – saber se existe algum plano de desratização nas tubagens de esgotos das freguesias e caso exista qual a sua periodicidade.
- *José Pinto* interveio referindo a posição da Constituição da República relativamente à regionalização e a orientação do Governo nesta matéria. Recordou que o Primeiro-Ministro, em congresso da ANMP, afirmou que a regionalização não será considerada nesta legislatura, por a considerar inadequada e inoportuna, defendendo antes o aprofundamento do processo de descentralização em curso, através da transferência de competências para as autarquias e entidades intermunicipais. Considerou que existe uma contradição entre o discurso de descentralização e a prática governativa, referindo que se verifica uma concentração de poder na administração central, nomeadamente através da articulação dos serviços dos ministérios com as CCDR, o que, na sua perspetiva, traduz uma “governamentalização” do poder regional. Acrescentou que o modelo de designação dos órgãos das CCDR não assegura uma verdadeira legitimidade democrática, uma vez que parte significativa dos seus membros é nomeada pelo Governo e resulta de entendimentos entre forças partidárias, não existindo eleição direta dos seus representantes. Considerou



ainda que esta situação contraria o espírito da Constituição da República no que respeita à criação de regiões administrativas e contribui para o afastamento das populações dos processos de decisão, agravando desigualdades territoriais e problemas de desertificação e desenvolvimento no interior do país. Concluiu defendendo a necessidade de reforço efetivo da descentralização, com maior participação das autarquias e das populações na definição das políticas regionais.

- *Bruno Queirós*, relativamente à sua intervenção inicial, referiu que a troca de emails não constitui uma necessidade em si, tendo apenas suscitado a questão sobre o respetivo acesso, se o mesmo é facultado a todos ou apenas a alguns membros. Salientou que todos os eleitos foram escolhidos enquanto cidadãos para a Assembleia Municipal e não para a Câmara Municipal, devendo manter-se a distinção entre os dois órgãos, os quais se devem fiscalizar mutuamente, não devendo existir qualquer junção de funções entre ambos. No que respeita à lista de eleitos, considerou que a ordem de eleição deverá ser corretamente refletida na publicação no sítio da Câmara Municipal, propondo a respetiva correção. Relativamente à convocatória, referiu tratar-se de uma comissão de análise destinada a apreciar uma alteração que poderá influenciar o futuro funcionamento da Assembleia Municipal, entendendo que, embora tal não conste ainda do Regimento, deveria ser prevista a emissão de convocatória para o efeito.

Terminadas as intervenções da segunda ronda, a Presidente da A.M. comunicou que no dia 12 janeiro entre as 16H e as 20H, mesa constituída no Arraiolos Multiusos para que os membros da assembleia possam votar no Presidente da CCDR. Informou também que vão receber uma convocatória da A.M. mas não havendo necessidade de quórum, cada membro votará no horário que lhe for mais oportuno e adequado dentro do horário estabelecido para o funcionamento da mesa de voto.

Usou da palavra o Presidente da Câmara que cumprimentou os Vereadores, os membros da A.M., o público presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da sessão. Aproveitou ainda a oportunidade para desejar a todos desejando a todos um excelente ano de 2026 repleto de conquistas e, acima de tudo, com muita saúde, que é o mais importante.

Relativamente às questões colocadas pelo sr. Presidente da Junta de Freguesia de Igrejinha, informou que o projeto de sinalética seria executado durante o ano de 2026. No que diz respeito ao plano de desratização referiu que existe uma periodicidade definida, que julga ser trimestral, no entanto sempre que seja reportada alguma situação específica é feito de imediato um reforço da intervenção, de forma a dar resposta rápida e eficaz ao problema.

Esgotadas as inscrições, a Presidente da A. M. deu por encerrado este período passando à ordem de trabalhos.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Período da Ordem do Dia

A Assembleia foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Informação do Presidente sobre a atividade municipal;**
- 2. Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Normas de Execução para 2026;**
- 3. Proposta do Mapa de Pessoal para 2026;**
- 4. Participação variável no IRS para 2026;**
- 5. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2026;**
- 6. Taxa de Derrama para 2026;**
- 7. Proposta de fixação, para o ano de 2026, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP);**
- 8. Proposta de não transferência de competências para as Freguesias de Sabugueiro e Gafanhoeira (S. Pedro);**
- 9. Autos de transferências de recursos para o exercício das competências transferidas por Lei para as Freguesias:**
 - 9.1. Junta de Freguesia de Sabugueiro;**
 - 9.2. Junta de Freguesia de Gafanhoeira (S. Pedro).**
- 10. Contratos interadministrativos de delegação de competências nas Freguesias:**
 - 10.1. Junta de Freguesia de Arraiolos;**
 - 10.2. Junta de Freguesia de Gafanhoeira (S. Pedro);**
 - 10.3. Junta de Freguesia de Igrejinha;**
 - 10.4. União das Freguesias de S. Gregório e Santa Justa;**
 - 10.5. Junta de Freguesia de Sabugueiro;**
 - 10.6. Junta de Freguesia de Vimieiro.**

1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL:

No cumprimento da legislação foi remetida antecipadamente informação relativa à atividade que decorreu entre a última reunião e a presente, tendo o Presidente da Câmara Municipal esclarecido

que, dado o curto espaço de tempo entre as reuniões, não foi possível detalhar as obras realizadas por administração direta e por empreitada, assumindo que na próxima virá especificada.

Conforme ordem de inscrição intervieram:

- *Bruno Queirós* referiu haver algumas falhas no documento que importa esclarecer, na página 5 existe um ponto sem conteúdo e o mesmo acontece na página 6, no resumo da receita e da despesa, pressupondo ser lapso. Quanto à atividade municipal verificou que a Presidente se fez representar pela Primeira Secretária no congresso da ANMP em Viana do Castelo solicitando esclarecimento se essa ausência teve justificação, dado tratar-se de um compromisso institucional relevante. Informou ter estado presente na tomada de posse da CIMAC, que decorreu de forma positiva, tendo sido um momento de encontro entre diferentes forças políticas e movimentos independentes do distrito. Relativamente à CPCJ, perguntou se está tudo preparado para o seu funcionamento a partir de 5 de janeiro, nomeadamente, ao nível de instalações. Solicitou permissão à Senhora Presidente da Assembleia Municipal para colocar questões aos Vereadores com pelouro, designadamente, Vereador Rodrigo Panelas, responsável pelos pelouros da água e do cemitério: sobre o ponto de situação da Casa Mortuária e de que forma o município pretende resolver a situação dos contadores provisórios de água, dado o vazio no regulamento que leva ao pagamento de água, saneamento e demais encargos como se as habitações estivessem em plena utilização, quando, na realidade, ainda se encontravam em fase de reconstrução. Colocou ainda uma questão à Vereadora Ana Tomaz, relativamente às áreas da saúde e da juventude, quando nada refere em relação à saúde e sobre a juventude importa perceber o que está a ser desenvolvido e qual a estratégia futura. Sobre a gestão por administração direta, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara a clarificação e o compromisso assumido. Finalizou indicando que o documento cumpre os requisitos legais, deixando de fora aspetos essenciais da política pública, como a avaliação, a escolha e o impacto das decisões, considerando-o excessivamente descritivo, faltando-lhe avaliação, prioridades e impacto das medidas. Deixou como sugestão de melhoria no sentido de reforçar o rigor e a transparência destes documentos, permitindo uma melhor perceção do impacto das políticas municipais na vida dos munícipes.

A Presidente da Mesa recordou que, nos termos da legislação aplicável e do Regimento, as questões devem ser dirigidas ao Presidente da Câmara, competindo a este determinar quem lhes dá resposta. No que respeita à participação na Associação Nacional de Municípios Portugueses, referiu ter indicado a 1ª. Secretária tendo em conta a um compromisso anteriormente assumido, ainda antes da marcação do respetivo congresso. Lamentou ainda a impossibilidade de presença na tomada de posse da CIMAC face ao falecimento de familiar, manifestando-se, contudo, a intenção de marcar presença numa próxima reunião, em coerência com o compromisso assumido.



De seguida, foi concedida a palavra ao Presidente da Câmara, tendo o mesmo referido que sempre existiu uma postura de colaboração com os restantes membros, não se considerando adequado alterar essa prática no momento atual.

Relativamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), foi referido que o espaço em causa se encontra, em termos gerais, em condições de funcionamento, carecendo apenas, eventualmente, de uma intervenção ao nível da instalação elétrica. Mais se informou que, desde o mês de janeiro, já se realizaram algumas reuniões.

Quanto aos contadores provisórios, foi referido tratar-se de uma matéria suscetível de análise, devendo ser ponderada a eventual necessidade de revisão do regulamento em vigor ou, em alternativa, a manutenção da situação atual. No que concerne à Casa Mortuária, esclareceu que a conclusão da obra se encontra dependente da execução do ramal de eletricidade, prevendo-se, de acordo com informação disponível, a sua realização na segunda quinzena de janeiro.

Relativamente à área da saúde e juventude, foi reconhecido o reduzido período decorrido desde a tomada de posse, sendo, contudo, referido que o ponto seguinte da ordem de trabalhos contemplará as ditas matérias. Por fim, no que respeita à questão da alegada falta de transparência, foi referido não se compreender em que medida tal se verifica, solicitando-se a devida concretização dessa afirmação, caso se considere existir.

De seguida usou da palavra a 1ª. Secretária que informou integrar a Comissão Alargada da CPCJ, na qualidade de um dos quatro membros indicados pela Assembleia Municipal para representar do Município. A comissão alargada iniciou as suas reuniões no mês de outubro, sendo composta por cerca de 15 a 18 membros, e reúne ordinariamente uma vez por mês, na primeira quarta-feira de cada mês, por sua vez, a comissão restrita é constituída por cinco elementos: a Presidente da Comissão, um representante da Segurança Social, um representante do Ministério da Saúde, um representante do Ministério da Educação e um representante da Área Científica reunindo quinzenalmente e iniciará plenamente as suas funções assim que estejam reunidas as condições necessárias. Salientou ainda que as instalações se encontram praticamente concluídas, estando localizadas no antigo edifício do Tribunal. Por fim, no que respeita ao plano de ação, eprevê, para o mês de fevereiro, a primeira atividade pública de apresentação à comunidade, com o objetivo de divulgar o que é a CPCJ e quais são as suas competências.

- Bruno Queirós manifestou interesse em clarificar que quando se referem à transparência, nunca o fazem de forma isolada, mas sim na necessidade de a reforçar, sendo evidente ter de existir — dado se tratar de governação pública, que é, por natureza aberta e acessível a todos os cidadãos. Reafirmou defenderem uma maior transparência, nomeadamente na explicitação das ações desenvolvidas, ou seja, importa clarificar que impacto têm, para o município e para a população, determinadas iniciativas de carácter mais descritivo. Finalizou



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

solicitando que ficasse registado em ata que o Partido Socialista não questiona a existência de transparência, mas antes apela ao seu aprofundamento nos órgãos públicos, no cumprimento do mandato para o qual fomos eleitos.

2. PROPOSTA DO PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL DA RECEITA E DA DESPESA, ORÇAMENTO E NORMAS DE EXECUÇÃO PARA 2026:

A Presidente da Mesa colocou em apreciação e discussão a proposta em título, a qual foi remetida, previamente, a todos os presentes.

Usando da palavra o Presidente da C. M. enalteceu o trabalho dos serviços que elaboraram a proposta apresentada num curto espaço de tempo, demonstrando o profissionalismo e empenho das trabalhadoras envolvidas. Referiu que a proposta é composta pelas Grandes Opções do Plano, PPI e PAM, Orçamento, Plano Plurianual e Normas de execução Orçamental, tendo uma dotação quer na Receita quer na Despesa, em 17.236.016€, sendo alterado após a introdução do saldo de gerência que deverá ocorrer em fevereiro, que segundo os dados se prevê cerca de 3.000,00€, ficando superior a 20 milhões de euros, o que irá implicar o reforço de algumas das rubricas que nesta versão aparecem com valores residuais. Indicou que o orçamento irá dar continuidade ao trabalho realizado nos últimos anos, indo ao encontro do programa eleitoral, que saiu vencedor nas eleições autárquicas de outubro, ou seja, a pensar no futuro do concelho, assente numa estratégia integrada com uma visão global que articula as diferentes áreas fundamentais ao desenvolvimento do território que não podem ser encaradas de forma isolada tem que ser vistas numa forma articulada. De seguida, destacou algumas áreas que considera mais relevantes, nomeadamente: habitação e ordenamento do território indicando que irá ser mantida a política de disponibilização de lotes em todas as localidades, embora, em algumas seja necessário encontrar local para a implantação de novos loteamentos, noutras como o caso de Santana do Campo e S. Pedro da Gafanhoeira irão avançar com os projetos, no Vimieiro embora haja muitos lotes disponíveis torna-se necessário a construção de infraestruturas de forma a serem mais atrativos. Informou que irão avançar com o projeto para a Tapada S. Joaquim – Arraiolos, terreno adquirido recentemente, que atendendo há área pretende-se um loteamento de grande dimensão com a inclusão de um parque urbano com alguns equipamentos, que na sua ótica irá contribuir para o crescimento da vila. Informou que se pretende implementar a Carta Municipal de Habitação que presentemente está em discussão pública, reforçando que a habitação é uma das prioridades que embora haja muito trabalho por fazer, torna-se urgente fixar e atrair população para o concelho. Prevê ainda que no ano 2026 fique concluído o processo de revisão do PDM. Quando ao desenvolvimento económico referenciou o POETA – Polo de Oportunidades Empresarial e Tecnológico que será um dos grandes projetos estruturantes para o desenvolvimento do Concelho, que está concluído, tendo já sido aberto concurso público, que ficou deserto levando à alteração a nível de orçamento,



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

passando de 2.300.000€ para 2.600.000€, aguardando-se o resultado do novo concurso. Enalteceu o projeto cujo principal objetivo será atrair investimento com a criação de emprego qualificado, o que levou simultaneamente prever uma rubrica para apoio ao empreendedorismo jovem, potenciando as ideias de negócio dos jovens. Realçou estar previsto ser iniciado um estudo de ampliação da Zona Industrial de Arraiolos, além de se prever a reversão de alguns dos lotes em incumprimento e sem qualquer construção, assim como, a realização de escrituras para a venda de lotes no Parque Empresarial de Vimieiro. Quanto à Igreja está previsto em 2026 a realização de projeto para parque empresarial. Salientou que a Cultura vai merecer toda a atenção pretendendo-se continuar a dinamizar um conjunto de equipamentos existentes, de forma a preservar o património e a fomentar o turismo como o CITA – Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos, o Centro Interpretativo do Mundo Rural em Vimeiro, a Biblioteca Municipal, Escola de Música, Cine-Teatro, entre outros, evidenciando um novo projeto - Festival Medieval – que será marcado no próximo ano com a preparação do evento que envolverá as escolas, projeto “Viver Sénior” e a comunidade, cuja realização será em 2027. Destacou ainda projetos que considera ser estruturantes no desenvolvimento, na preservação do nosso concelho e, por outro lado, mais uma vez, a fomentação do turismo, projetos que se encontram em diferentes estados de maturação, ou seja, criação do Centro Arqueológico do Concelho (início do processo), fazendo todo o sentido ser em Santana do Campo, devido ao Templo Romano, criação de um Centro de Arquivos, que deve reunir toda a informação importante, a criação de um Centro dedicado ao estudo, fundamento e apresentação pública das tradições etnográficas e património material do Concelho, sendo intenção que se situe na freguesia da igreja, tendo em conta já todo o espólio existente.

Afirmou que no início de 2026 irá avançar com o concurso público do Laboratório Têxtil (projeto em parceria com a Universidade de Évora), que se situará na Casa Queiroga - edifício que vai abarcar mais dois projetos - Museu Dordio Gomes, e o LEC - Laboratório de Experimentação Cultural e Criativa que pretende criar condições para que a juventude tenha um espaço, que dará resposta a projetos da Câmara, tipo o ATL e muitos outros. Referiu que será concluído a colocação do telhado do Palácio dos Condes em Vimeiro, estando a decorrer, em simultâneo, o concurso público para o projeto, esperando que se conclua de forma a avançar com o concurso público para a realização da obra. Informou que em relação ao Castelo, realizou-se recentemente intervenção na Torre do Relógio em parceria com o Património Cultural IP, que financiou uma parte da obra, tendo proposto nova transferência (350.000€) para iniciar a recuperação das muralhas, com a contrapartida da C. M. investir igual valor, que, muito embora, não seja da nossa competência, mas faremos parte da solução. Destacou ainda outras obras: a regeneração urbana iniciada em Vimeiro e em Igreja que será para continuar, dado estar previsto financiamento de cerca de um milhão de euros no âmbito do Programa Ciclo Urbano de Água, pretendendo-se a substituição de todas as infraestruturas, quer elétricas, quer de saneamento, águas e de comunicações, e a respetiva repavimentação, a conclusão da adaptação do primeiro piso das finanças para serviço da

Conservatória e Registo (financiada pelo IRN). Informou que o projeto de multiusos para o Sabugueiro está praticamente concluído, pretendendo-se iniciar as obras. Quanto à educação referiu que irão continuar a trabalhar no sentido de assegurar uma educação para todos, prevendo-se desenvolver um projeto de ampliação da EB1/JI para darmos resposta ao aumento de população que temos verificado no Concelho. Continuarão a trabalhar em parceria com o Agrupamento de Escolas em todos os projetos educativos, assim como, na ação social escolar será mantido o apoio às famílias em moldes idênticos aos anos anteriores, salientando que em 2025, com a descentralização de competências, houve um deficit superior a 250 mil euros. Na saúde, embora não tenham sido aceites as transferências de competências, irá continuar com uma intervenção contínua e a reivindicar junto das entidades competentes melhores condições de acesso à saúde e mais médicos, salientando ainda que a C. M. faz parte da solução, exemplo disso, a existência de habitação para os médicos que se queiram fixar no Conselho, e reforçar um banco de ajudas técnicas, assim como desenvolver ações de sensibilização e articulação com o Centro de Saúde. Na ação social, continuarão a desenvolver programas e ações, designadamente todos os projetos que já desenvolvemos, o projeto Sénior, Cartão Social do Município, Cartão Jovem Municipal, reconheço que precisamos divulgar mais o Cartão Jovem Municipal, há algum desconhecimento, o projeto da Oficina Solidária, Programas Jovens Mais, Apoio à Natalidade, Implementação do Radar Social, Apoio às IPSS e Misericórdias e destaca-se aqui também o Centro Comunitário de Ilhas que terminará também a sua construção em 2026. Destacou ainda dois projetos novos que pretendem implementar no próximo ano, um é o Conecta Jovem - programa destinado a alunos do ensino superior de forma a aplicarem ao longo do ano os conhecimentos, preferencialmente na sua área de formação, em projetos municipais ou em algumas empresas que em contrapartida o município durante o ano letivo, transfere uma bolsa monetária, necessitando de ser desenvolvido o respetivo regulamento, sendo o outro em parceria com o Monte em que pretende a criação de uma cozinha comunitária. No tocante ao ambiente salientou que continuarão a desenvolver ações de sensibilização no sentido de contribuírem para um desenvolvimento sustentável e mais responsável, continuarão a desenvolver o Eco-Festival na Aldeia da Serra, assim como os circuitos de manutenção que estão em construção em Vale do Pereiro e no Carrascal. Por fim fez referência ao pessoal, que continuarão a trabalhar no sentido de criar melhores condições de trabalho e obviamente na reivindicação de melhores carreiras.

Sobre o documento, entrevistaram:

- *Maria Manuel* cumprimentou todos os presentes, desejando um bom final de 2025 e um 2026 ainda melhor. Indicou ter algumas questões/considerações sobre o documento, embora algumas já tenham sido respondidas pela introdução de qualquer forma iria colocar, entre outras: sobre o PDM percebeu se prever estar concluído em 2026, quanto ao programa do Conecta Jovem ficou esclarecida. Sugeriu que o último parágrafo da página 3,



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

bem como o terceiro parágrafo da página 4 fossem revistos porque não se consegue perceber o sentido. Na página 13 fazem referência que houve um decréscimo de 31 para 27,2%, no investimento questionando do porquê. Na página 15, julga haver lapso no ano indicado 2025 quando deve ser 2026 Na página 19, fazem aqui uma referência à aquisição de edifícios municipais, perguntando se há alguns edifícios previstos para serem adquiridos, ou se é apenas uma rubrica de carácter geral. Na página 23, existe uma percentagem relativamente às entidades participadas, mas depois essa percentagem não se reflete em valor monetário, perguntando se é assim mesmo ou lapso. Na página 32 está indicado, tal como acontece noutras páginas, rubricas no plano de atividades municipais, que são rubricas de anos anteriores perguntando se no plano de atividades municipais não deveriam estar apenas rubricas de 2026. Na página 35, indica no projeto Santana Ecoativa a colocação de unidades de produção de energia de alto consumo para fornecimento de energia verde aos habitantes perguntando se não há possibilidade de se vir a aplicar a outras localidades. Na página 40, o quadro refere para aquisição de terrenos de 5 mil euros, que considera manifestamente insuficiente, tal como de outras rubricas que muito embora o Sr. Presidente tenha indicado que poderão ser reforçadas com a transição do saldo, pergunta porque não refletir logo neste documento um valor que seja mais realista. Na página 44, refere a questão de um biogás, questionando se existe realmente algo previsto para o seu aproveitamento, ou como referem aqui mesmo, é só porque faz parte do circuito da compostagem. Finalizou com a questão do festival medieval, que, embora tenha havido já indicação, solicitou mais informação sobre o que pretendem fazer.

- *Pedro Correia*, indicou que as suas questões se focam em dois tópicos gerais, são a juventude e a fixação da população, e ainda relativamente aos animais do nosso concelho. Sobre a juventude e a fixação da população, que está pouco claro, perguntou qual o montante exato do orçamento para 2026 que está destinado a políticas da juventude, e quais os resultados que pretendem alcançar. Referiu que da leitura do documento a única vez que as palavras de “fixação de jovens” são indicadas, refere-se ao transporte escolar do 1º ciclo e pré-escolar, onde escolas foram encerradas nas freguesias, e apesar de ser uma política muito positiva e necessária, questiona se é realmente suficiente para fixar jovens no nosso concelho e quais as medidas concretas, assim como. as ações de carácter pontual ou simbólico. Relativamente ao Cartão Jovem Municipal informou que a sua visão enquanto jovem do concelho, é que existe pouca divulgação deste programa, tanto a nível de redes sociais como a nível daquelas que são estratégias que a Câmara Municipal tem definida. Questionou se tem informação atual de quantos jovens do nosso concelho fazem parte deste programa e se está no plano do atual executivo tornar este processo menos burocrático ou até mesmo tornar um processo digital para facilitar a adesão dos jovens do concelho ao mesmo. Lembrou um ponto, já anteriormente abordado pela bancada do



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Partido Socialista, para quando o Orçamento Participativo Jovem, que poderá ser uma iniciativa muito positiva. Sobre os animais, referiu que há algum tempo atrás fomos confrontados com algumas imagens que foram partilhadas pela vereadora do Partido Socialista sobre as condições do canil municipal, no entanto, no orçamento faz referência ao programa CROA - Centro de Recolha Oficial de Animais questionando qual é o objetivo do mesmo e se irá contribuir para a melhoria do espaço que não têm qualquer condição para ser considerado canil.

- *Bruno Queirós* considerou que o orçamento do ponto de vista financeiro está equilibrado e tecnicamente correto, mas não pode ser só avaliado pelo equilíbrio das contas, mas também pelas escolhas políticas presentes colocando reservas, por exemplo na habitação, referência a loteamentos, não encontra nenhuma aposta clara, estruturada e ambiciosa. Nas políticas da juventude, o orçamento, uma vez mais, revela falta de ambição, os jovens aparecem diluídos em programas genéricos, sem expressão financeira relevante, quando deveriam ser uma prioridade estratégica para a fixação desta população e de termos um futuro em Arraiolos. Na Ação social e saúde referiu que sabem que o município assume essas responsabilidades, mas o orçamento demonstra que isto é feito, sobretudo, à custa de financiamentos e não de investimentos, concluindo que se garante o mínimo, mas constrói-se uma resposta pouco estruturada para o futuro. No plano económico verificou falta de estratégia e de perceber como é que os projetos se traduzem em emprego, em fixação de empresas e em desenvolvimento económico efetivo. Indicou terem registado redução do peso do investimento num orçamento que cada vez mais precisa de crescer e de se afirmar. Referiu que o orçamento é financeiramente seguro, mas politicamente pouco ousado - cumpre, mas não transforma. Colocou algumas questões concretas às quais gostariam de ver respostas refletidas, relativamente à habitação, o número concreto de fogos de habitação acessível ou municipal que se pretende concretizar em 2026 e em que fase estes projetos se encontram. No orçamento é indicado escassez de pessoal em setores fundamentais como a saúde e educação questionando de que forma é que se pensa em 2026 alterar este paradigma. Referiu que, muito embora, o assunto já tenha sido discutido em Assembleia, gostavam que, neste orçamento fosse, de forma objetiva, justificado os critérios que levam a aceitar as transferências de competências para a educação e a rejeitar para a saúde. Referiu que relativamente ao maior projeto inserido no Desenvolvimento Económico – POETA - têm vindo a ser arrastado, levando já um acréscimo de quase meio milhão de euros, de qual forma questionou quantos postos de trabalho se pensa criar com este programa e que indicadores foram necessários para chegar a esses números, e quais são os mecanismos de avaliação que o Executivo dispõe para medir o impacto económico do investimento municipal, seja na criação de emprego ou também na captação e ou fixação de empresas.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- *Isabel Lobato* cumprimentou e agradecendo a receção que tem tido junto à Assembleia Municipal, desejando um bom e feliz 2026 a todos. Informou que o seu apontamento introdutório vai um bocadinho ao encontro daquilo que o colega José Manuel falou que tem a ver com o que veio a público e que decerto foi do conhecimento de todos - o Alentejo tornou-se efetivamente a região mais pobre do país. Afirmou que fazemos parte, obviamente, de um conjunto de câmaras e de assembleias municipais do Alentejo e julga ser muito importante todos perceberem que a ambição de podermos sair deste “pseudo” buraco faz com que tenham que ter essa mesma ambição muito presente nas nossas vidas e sabemos claramente que temos caminhos a fazer e a percorrer. Passando a uma especificidade que tem a ver com as decorações natalícias, que se revelaram interessantes, um excelente investimento na sua perspetiva e da bancada do PS, contudo há algumas falhas que julga que se poderão corrigir muito facilmente, nomeadamente a pista de gelo ter estado fechada no domingo, que é algo que poderia corrigir facilmente e que não vai acarretar grandes custos, a música também foi inexistente durante o dia de Natal e véspera de Natal, portanto, talvez um pouco mais de atividades seria interessante, sugerindo a criação de mais pontos de interesse pela vila, não apenas centralizar as barraquinhas de vendas no jardim, não só pelo Natal, mas também para todas as restantes atividades que possam surgir decorrentes da Câmara. Informou que sendo fundamental a habitação, saúde, educação, o setor turismo está a fazer parte do dia-a-dia sendo importante ser considerado como um fator de crescimento no nosso município e perceber o que está pensado relativamente à promoção turística com um orçamento de 4 mil euros, acreditando com o facto de haver algum ajuste no decorrer do tempo, dado o valor ser deficitário para aquilo que são as necessidades do Conselho. Referindo-se aos encargos financeiros com a atividades promovidas pela C. M., nomeadamente, O Tapete Está na Rua, a Mostra Gastronómica e da Empada, que considera importantes e relevantes para o concelho, contudo, quanto é que o Concelho beneficia pela existência dessas atividades ou até que ponto não seria interessante considerarem outras ou complementarem e/ou reformularem caso estas não consigam compensar o investimento que foi feito, que julga rondar os cerca de 90 mil euros/cada. Colocou a questão da sustentabilidade que consideram muito importante, nomeadamente para os equipamentos de carregamentos elétricos para veículos, dado que na Vila neste momento existem apenas dois carregadores que nem sempre estão ativos, considerando relevante implementar algumas medidas para que a mobilidade elétrica passe a tornar-se algo mais comum e natural junto dos nossos munícipes. Em último lugar, indicou ser da maior importância a colocação de sinalética em degraus e passeios na Praça do Município, uma vez que têm havido várias quedas por parte de visitantes e até de munícipes por inexistência de contraste de piso e irregularidades de pavimento, podendo não ser muito bom para o município. Alertou ainda para a situação da



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

segurança pública que havendo alguns relativos de assaltos e agressões, considerando da maior importância haver vigilância de forma a prevenir situações mais graves.

- *Filipe Simões* agradeceu a amabilidade com que disponibilizaram a documentação, contudo face ao período de tempo (semana entre o Natal e Ano Novo) acabou por ser curto para uma análise mais cuidada. Agradeceu ao Sr. Presidente pela oportunidade de auscultação no âmbito do direito de oposição, mas perante a presente exposição, colocou algumas questões sobre habitação/lotês - se a política que levam em prática discrimina positivamente os jovens, se irá trazer para Arraiolos algum benefício, se irá ser por arrendamento ou venda de lotês baratos, mesmo para munícipes de outros concelhos que não têm essa possibilidade. Em relação loteamento da Tapada perguntou se já foi definido preço/m², se houve algum estudo, pois julga que não poderá avançar um projeto sem saber esse dado fundamental. Sobre a Zona Industrial de Arraiolos perguntou como vão captar investimento quando entramos numa estrada em mau estado e numa zona sem qualquer atração. Louvou e julga que todos são a favor do Tapete de Arraiolos a Património Imaterial da Humanidade mas questiona-se e depois o que vai ser feito, quantas pessoas vão trabalhar para fazer mais e melhor a pensar no futuro. Referindo-se ao Castelo de Arraiolos manifestou satisfação pelo investimento previsto mas interroga quanto custa a recuperação de todo o espaço, qual a percentagem que representa o valor indicado (700.000€), considerando da maior importância investir no Castelo porque poderá ser o polo central e aglutinador de todo o concelho. Sobre o PDM questiona para quando a discussão pública e conclusão. Concluiu indicando que gostaria de ver mais ambição e estratégia para o futuro, solicitando esclarecimento sobre a real previsão do saldo de gerência uma vez que foi indicado 3 milhões quando na documentação refere 2 milhões, podendo ter havido lapso. Aproveitou ainda para informar da existência de 2 carregadores elétricos públicos na Pousada de Arraiolos.
- *António Garcia, Presidente da Junta de Freguesia de Vimieiro*, cumprimentou a Mesa, Executivo, eleitos e, em muito especial, o público presente enaltecendo e valorizando a presença, considerando que Assembleia Municipal se está a transformar e a transparecer para os munícipes, deixando uma ressalva de concordância com o exposto pelo Bruno quando referiu que se fosse transmitida traria outro impacto e transparência da ação deste órgão. Sobre o documento e sendo sua preocupação questões ligadas ao Vimeiro, verificou estar previsto apenas 1.000€ para os arruamentos do Loteamento da Quinta do Grilo, que embora possa vir a ser reforçado perguntou se há previsão do valor real necessário. No tocante à requalificação e manutenção de arruamentos indica apenas 89.000€ questionando qual o valor correspondente a cada uma das situações. Manifestou satisfação com o que foi transmitido em relação às escrituras de venda de lotês da Zona Industrial de Vimieiro



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

solicitando indicação de quantos estão previstos, qual o tipo de empresas e número de postos de trabalho que pretendem vir a fixar. Sobre a requalificação do Palácio dos Condes referiu que na página 50 a rubrica indica 458.000€ questionando se apenas respeita à Fase I e se em 2026 não será possível avançar para uma nova fase. Felicitou a iniciativa da regeneração urbana para o Vimiieiro, considerando fundamental dado recebe algumas reclamações de munícipes sobre o estado de algumas ruas, questionando para qual trimestre se prevê avançar no próximo ano. Focando o apoio ao empreendedorismo Jovem verificou que a rubrica prevê apenas 1.000€, embora possa ser reforçada, perguntou que área/setor de atividade poderá ser, quais as condições para os jovens se candidatem e qual a previsão máxima que a C. M. têm para os benefícios de forma a contribuir para atrair e fixar jovens no concelho.

Não havendo mais inscrições a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da C. M. para responder às questões colocadas, tendo o mesmo solicitado uns minutos de pausa para reunir toda a informação junto do s/ staff de forma a responder.

A Presidente da Mesa autorizou a pausa, tendo retomado, passados 12 minutos.

O Presidente da C. M. por ordem de intervenção informou que realmente as páginas 3 e 4 verifica-se um lapso de português que irá ser corrigido. Quanto à redução de investimento informou ser residual prevendo que com a revisão face ao saldo venha a ser superior. Quanto à rubrica aquisição de edifícios (pág. 19) informou que se destina a aquisições dando um exemplo de fração que pertencia à Casa Queiroga, ou manutenções/recuperações como as janelas do edifício da Câmara, a recuperação de edifício que o Município possui na Rua das Camélias e que se destina a alojamento de médico, entre outras. Informou que de acordo com as regras orçamentais os projetos que não se realizaram e que se mantêm continuam indicados no PM com o correspondente ano. Relativamente ao projeto referido na pág. 35 será uma parceria com a Associação Monte desconhecendo os moldes, destinando-se a Santana do Campo podendo vir a ser alargado a outras localidades. Quanto às rubricas da pág. 40 indicou que no decorrer do ano serão reforçadas. Sobre o Biogás informou ser um projeto financiado, com investidor interessado, consistindo no aproveitamento das pecuárias existentes no concelho. Relativamente à juventude afirmou não ter valor exato de quanto vão gastar, mas em todo o orçamento está explanado vários projetos desde a natalidade até saírem do ensino superior, além de todas as outras atividades indicadas, salientando um projeto que não referiu inicialmente e que respeita à instalação de uma nova escola de música onde se pretende criar um espaço para os jovens poderem desenvolver projetos ligados às artes (música, teatro, etc), assim como, de convívio/discoteca, esperando ir ao encontro daquilo que são as necessidades dos jovens. Afirmou que na apresentação do orçamento reconheceu a necessidade de mais divulgação do Cartão Jovem, no que respeita ao orçamento jovem participativo, neste orçamento não está contemplado, podendo ser pensado em próximos.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Relativamente à criação do CROA previsto no orçamento para melhorar as condições dos animais, garantiu que os animais nunca foram maltratados, até porque logo que sejam recolhidos são acompanhados pelo Veterinário Municipal que posteriormente os transporta para o o Cantinho da Milu, havendo um protocolo para esse fim. Sobre a estratégia local de habitação para o concelho informou prever-se nos próximos 4 - 5 anos a disponibilização de 460 lotes, estando disponíveis, neste momento, cerca de 100 lotes, sendo a maioria nos loteamentos da Quinta do Grilo - Vimieiro e Vale do Pereiro, não havendo lotes disponíveis em Arraiolos, prevendo-se avançar no início do ano com as obras de terraplanagem e de construção das infraestruturas para que em 2026 sejam disponibilizados 14 lotes, junto aos bombeiros - nova fase da Cruz da Barreta. Em relação à Ação social e saúde, julga ser do conhecimento de todos o trabalho realizado nessas áreas, indicando que se deve reivindicar junto às entidades competentes melhores condições de acesso à saúde, porque não cabe ao município a contratação de médicos nem de outros técnicos. Referiu que a descentralização de competências ainda não foi aceite pelo o município pelas razões que todos conhecem, e avaliando lacuna por lacuna, os municípios não teriam obrigatoriamente que aceitarem, já na educação fomos obrigados a aceitar, sendo claro prestamos um bom serviço, pois criamos melhores condições. Reforçou não serem contra a aceitar mais competências, sendo exigido que sejam acompanhadas da devida contrapartida financeira, até porque em relação a 2025 houve um deficit superior a 250 mil euros na educação e se forem ao início da descentralização (2023), o valor é superior a um milhão de euros. As transferências de competências na saúde nada tem a ver com os médicos, apenas se referem aos auxiliares, edifícios e veículos. Realçou que, neste momento, o concelho tem lugar para quatro médicos estando preenchidos três lugares e o contributo da C. M. foi determinante uma vez que disponibilizaram habitação. Desenvolvimento Económico – projeto POETA, informou esperar atrair empresas e com isso criar postos de trabalho qualificados, sendo intenção que o investimento se vire para a área tecnológica, tendo previsto 11 gabinetes pequenos e temos 5 - 6 que podem embarcar médias e grandes empresas. Relativamente às atividades natalícias informou que, por vezes, surgem problemas de ordem técnica que não se prevê que possa vir a falhar com foi o caso do som, quanto à pista de gelo foi entregue à Comissão de Finalistas sendo da responsabilidade desta a gestão mas no futuro irão ter ter mais cuidado para que assumam esse compromisso. Quanto aos postos de abastecimento elétrico, há intenção de reforçar em Arraiolos e por todo o Concelho. Sobre o impacto e o retorno que as atividades como o Tapete está na Rua ou a Mostra Gastronómica, o Festival da Empada, afirmou não terem condições de quantificar, obviamente, mas pensam ter algum retorno principalmente nos agentes económicos (hotelaria e restauração) do Concelho, visto que estas iniciativas chamam muita gente a Arraiolos.

Relativamente à sinalização da praça reconhece que infelizmente já têm ocorrido vários acidentes, sendo uma situação que carece de ser estudada e ser solucionada. No Investimento - promoção turística – irá ser reforçado, indicando que no plano também está plasmado todos os projetos que



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

pretendem desenvolver, o Museu de Dordio Gomes, o Laboratório Têxtil, a intervenção no Castelo, tudo isso vai de encontro à promoção e ao potencial turístico que temos no Concelho, embora também se pretenda reforçar esta rubrica com a introdução do saldo de gerência. No que respeita à segurança pública, referiu ter conhecimento de alguns casos isolados, continuando a ser um Concelho seguro e tranquilo, até porque nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança, os indicadores que a própria GNR fornece são casos muito pontuais. Esclareceu que no ano de eleições autárquicas a legislação permite apresentar o orçamento até 60 dias, neste caso podia até janeiro, reconhecendo o esforço dos serviços e igualmente de todos os eleitos para a sua aprovação até ao final do ano. No que respeita à habitação e disponibilização de lotes, informou que os jovens do Concelho têm vantagens com o Cartão Municipal Jovem - desconto de 20% na aquisição de terrenos e de 50% nas taxas de urbanismo - tendo já acontecido desconhecem e depois não podem usufruir porque o processo não permite. Quanto ao loteamento da Tapada de São Francisco, informou não estar em condições de dizer quanto vai custar o metro quadrado, até porque tal como referiu, vai ser iniciado o desenvolvimento do projeto, sendo claro se tratar de um investimento que sai diretamente do orçamento municipal sendo decerto muito superior ao retorno que irão ter com a venda dos lotes, que atualmente o preço é de 30€ por metro quadrado em Arraiolos, e não pretendemos que vá muito além deste valor. No tocante ao Tapete de Arraiolos considera ter havido passos importantes na sua valorização e na preservação, e com a certificação e possível atribuição de património imaterial do UNESCO, devem ficar criadas as condições para valorizar do nosso património, porque a realidade atual é que uma bordadeira passa sete ou oito horas a trabalhar e apenas consegue ganhar 300€, sendo certo ninguém querer fazer vida com o Tapete, sendo urgente essa valorização para que as Casas de Tapetes consigam oferecer melhores condições e incentivar a retomarem ou a iniciarem essa atividade. Referiu que a C. M. têm uma estimativa para a requalificação do Castelo onde seria criado um espaço central com um posto de acolhimento turístico, com casas de banho, e recuperação das muralhas estimado em 2.300.000€, contudo já foi recuperada a Torre do Relógio, estando nos próximos 2 anos previsto investir mais 750.000€, esperando que nessa altura venham comunicar sobre a possibilidade de nova transferência, que será aceite, porque mesmo não sendo património do município é muito importante investir e criar melhores condições. Sobre o PDM esclareceu estar em falta apenas a última reunião plenária, que irá após este período será solicitada a marcação, através da plataforma, esperando que no primeiro trimestre esteja em condições de discussão pública. Confirmou que o saldo de gerência previsto será os 3 milhões para 2026, podendo ter havido alguma confusão com o valor indicado na informação da atividade municipal que refere o saldo de 2024 para 2025 que foi de 2 milhões e pouco. Referindo-se à Zona industrial de Arraiolos indicou pretender-se dinamizar tal como o loteamento industrial do Vimeiro, sendo que o acesso trata-se de uma Estrada Nacional, que não é da competência da C. M. mas sim das Infraestruturas de Portugal. Quanto às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vimieiro e de



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

acordo com o previsto, em termos de arruamentos, será executada por administração direta a Rua das Escolas, e serão terminadas as infraestruturas da Quinta do Grilo, faltando o projeto a nível elétrico que logo que esteja será iniciada a empreitada. Na regeneração urbana irão ser intervencionadas, desde a Rua do Rossio, Rua Conde de Bertlandes até à Rua do 25 de Abril, aquilo é uma obra muito superior a um milhão de euros, estando garantido financiamento mas terá de haver também investimento da parte do Orçamento Municipal para fazer face à parte não elegível. Informou não estar em condições de dizer quantos postos de trabalho vai-se criar com estas empresas, é uma informação que poderá facultar posteriormente. Requalificação do Palácio, a fase 1, ficará perto dos 500 mil euros, que iniciou em 2025, estando a ser desenvolvido o concurso público do Palácio, em parceria com a Ordem dos Arquitetos, esperando que decorra durante o ano de 2026,. Quanto ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo Jovem referiu ser uma a ideia a desenvolver, que ira necessitar de regulamento.

- *Isabel Lobato* agradeceu as respostas prestadas, salientando, no entanto, a necessidade de maior atenção e esclarecimento relativamente a questões consideradas prioritárias, nomeadamente a situação da Praça do Município, cuja resolução considera urgente. Relativamente à Feira de Natal, referiu não ter obtido esclarecimento sobre os critérios de concentração das tendas na zona central, defendendo a importância de dinamizar outras áreas da vila, promovendo uma distribuição mais equilibrada das atividades. Quanto aos resultados financeiros das iniciativas, foi referido que não foi possível apresentar dados concretos, sendo necessária informação por parte dos agentes económicos. Nesse sentido, foi sugerida a realização de consultas a esses agentes, com vista a avaliar o impacto das atividades, identificar as mais relevantes em termos de atração turística e definir estratégias conjuntas de promoção. Por fim, destacou a necessidade de melhorar a comunicação e articulação com outros municípios, apontando como exemplo a proximidade com Évora, que apresenta elevada afluência turística, contrastando com a reduzida presença de visitantes em Arraiolos.
- *José Pinto* colocou questões relativas aos encargos com os apoios às bolsas de estudo do ensino superior e ao Movimento Solidário – Instituições Particulares de Solidariedade Social, bem como aos apoios destinados aos Bombeiros Voluntários de Arraiolos.
- *Pedro Correia* abordou as políticas de juventude, destacando a importância de iniciativas de convívio para jovens como forma de promover a sua fixação no concelho, que vão ao encontro de ideias que também constavam no manifesto autárquico da Juventude Socialista. Questionou, no entanto, a insuficiência das medidas apresentadas no domínio da qualificação, referindo dúvidas quanto ao apoio ao transporte escolar face ao encerramento de jardins de infância. Solicitou esclarecimentos sobre outras medidas previstas para promover a qualificação e atrair jovens. Relativamente ao Cartão Jovem Municipal,



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

questionou o número de beneficiários, a possibilidade de simplificação do processo de adesão e a eventual extensão automática dos apoios a todos os jovens do concelho. Por fim, colocou questões sobre a atribuição de lotes, nomeadamente quanto à prioridade para jovens do concelho e aos critérios aplicados a candidatos externos.

- *Bruno Queiros* agradeceu as respostas e sublinhou que as questões colocadas visaram promover reflexão sobre o futuro do concelho, defendendo, se necessário, o alargamento das rondas de intervenção dada a relevância do tema. Destacou positivamente a participação ativa nas Assembleias Municipais, bem como o apoio do município às bolsas de estudo, considerando-o um investimento no futuro. Contudo, questionou as medidas previstas para fixar os jovens no concelho após a sua formação. Relativamente aos apoios às IPSS, reconheceu a sua importância, mas defendeu um maior investimento na prevenção e promoção da saúde. Quanto às respostas do Presidente da Câmara, considerou positivo o reforço da capacidade financeira do município, questionando, no entanto, o adiamento de investimentos em problemas já identificados. Solicitou esclarecimentos sobre o projeto de biogás, nomeadamente estudos de viabilidade, prazos e condições de execução. Na área da habitação, questionou a inexistência de informação clara sobre verbas destinadas ao arrendamento jovem. Clarificou ainda que a sua questão sobre a saúde não incidia na contratação de médicos, mas sim na estratégia global do município para responder à escassez de profissionais na saúde e educação, pedindo esclarecimentos sobre os objetivos e planeamento definidos.

Usou da palavra o Presidente da C. M. respondendo às questões colocadas, referiu que tem sido feito um esforço no sentido de alargar as áreas de intervenção, garantindo simultaneamente a proteção e o desenvolvimento dos projetos propostos pelos serviços. Relativamente à componente financeira, salientou que o controlo tem sido rigoroso e satisfatório. Após cada iniciativa, é realizado um inquérito às entidades participantes, no qual são avaliados, entre outros aspetos, os montantes envolvidos em cada atividade. Este processo permite identificar o que funcionou, o que deve ser ajustado e quais as apostas a reforçar no futuro. No que diz respeito a novos projetos, informou que está prevista a reformulação da estratégia de comunicação. Recordou ainda que esteve em estudo a criação de um espaço de acolhimento ao turista, com o objetivo de promover não apenas o concelho, mas todo o distrito de Évora. Paralelamente, foi equacionada a criação de um sistema de transporte, nomeadamente um autocarro elétrico, que facilite a deslocação de turistas a partir de Évora. Destacou que muitos visitantes chegam através de operadores turísticos e enfrentam dificuldades em deslocar-se autonomamente para outros pontos do território. A concretização desta ligação permitiria aumentar o tempo de permanência na região, um dos principais objetivos estratégicos do município. Relativamente às bolsas de estudo, referiu que o investimento global neste mandato ronda os 200 mil euros, refletindo o compromisso do município com o apoio ao



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

ensino superior e à formação dos jovens. No que concerne aos bombeiros voluntários, destacou que o município assegura um apoio financeiro significativo. Está previsto um investimento global anual na ordem dos 200 mil euros, incluindo cerca de 80 mil euros destinados ao funcionamento regular e aproximadamente 90 mil euros para o financiamento de equipas. Acrescentou ainda que existe o compromisso de, nos próximos dois a três anos, reforçar este apoio, tendo em conta o peso significativo dos encargos financeiros da corporação, nomeadamente os relacionados com empréstimos bancários.

Solicitou a palavra o eleito Bruno Queirós manifestando interesse em colocar questão, ao que a Presidente da A. M. referiu terem sido ultrapassados, em muito, os tempos regimentais, pelo que iria passar à votação da documentação, verificando-se a sua aprovação, por maioria, com treze votos favoráveis pelos membros da CDU e sete votos contra abstenções dos eleitos do PS e PSD.

Solicitando a palavra Helena Herdadinha apresentou a seguinte declaração de voto:

“O PSD vota contra esta proposta, reconhecendo que cumpre as regras de um equilíbrio financeiro, no entanto, que lhe falta uma visão mais ambiciosa de crescimento económico, apoio às empresas, captação de investimento privado, apoio à população e IPSS do concelho, porque espelha uma gestão corrente, sem visão de futuro e a cumprir os mínimos olímpicos, salvaguardando que concordamos com os financiamentos e transferência de competências às juntas de freguesia hoje aqui apresentados nesta Assembleia.”

4. MAPA DE PESSOAL PARA 2025:

O Presidente da C. M. fez uma breve síntese sobre a proposta evidenciando os lugares que foram criados tendo em conta as necessidades sentidas nos diversos serviços.

Sobre o assunto, entrevistaram:

- Maria Manuel referiu que na proposta indicam 69 postos de trabalho, mas a diferença com o mapa do ano de 2025 é apenas de oito lugares, portanto no ano passado tínhamos um total de 251, agora passará para um total de 259 verificando-se mais assistentes operacionais. Questionou se a saída de trabalhadores foi por aposentação ou também se deve a mobilidade para outras entidades públicas.
- Bruno Queirós solicitou esclarecimentos sobre o documento, nomeadamente:
 - Questionou o preenchimento de um lugar de técnico superior para gestão de recursos humanos na Divisão de Administração Financeira e Jurídica, uma vez que são referidas áreas de formação como sociologia, gestão de recursos humanos, educação e psicologia. Considerou se não seria mais adequado restringir o perfil a alguém exclusivamente da área de recursos humanos, de forma a garantir maior especialização técnica, perguntando ainda



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

quais os critérios de seleção definidos para o efeito. Referiu que, na Divisão de Obras Municipais e na Divisão da Ação Sócio-Educativa e Cultural, surge uma alínea a) indicando um lugar a preencher reservado a trabalhador já vinculado ao município, a exercer funções em comissão de serviço ou com vínculo suspenso, solicitando esclarecimentos sobre essa previsão. Relativamente à área de Ação Social e Saúde, apontou que as competências descritas não evidenciam um perfil adequado para intervenção na área da saúde no concelho, reiterando uma questão já levantada em sessões anteriores sobre se esta vertente da saúde tem um papel efetivo ou meramente decorativo no âmbito do gabinete.

Presidente da Câmara Municipal informou que de facto houve assistentes operacionais que se reformaram e outros foram para outras entidades que concorreram a concursos destinados a pessoas com contrato por tempo indeterminado, sendo um dos motivos pela qual precisam de reforçar esta área. Sobre as questões colocadas pelo Bruno informou que a alínea a), julga que se prende com lugares reservados para as situações como, o caso dos Chefes de Divisão que são técnicos superiores mas exercem funções de cargos dirigentes em comissão de serviço, assim como dos funcionários que solicitaram a mobilidade mas só mais tarde perde o vínculo na Câmara. Relativamente à área da Psicologia nos Recursos Humanos, referiu que sempre foi possível outras áreas concorrem, quanto aos critérios caberá obviamente ao júri defini-los, tudo será deliberado em reunião de Câmara Municipal. Em relação à saúde, reafirmou que não é só para embelezar, estando explanado quais são as nossas competências nessa área, que sempre foram cumpridas e muito fazem nessa área.

A Presidente da Mesa abriu um novo período para a colocação de perguntas, em que se inscreveram:

- *Bruno Queirós* solicitando clarificação sobre a alínea a) a quantos trabalhadores estão nessa situação, assim como do perfil das competências para a Ação Social e Saúde que em nada se aplica à saúde.
- *José Pinto* criticou a linguagem utilizada no debate, considerando-a pouco rigorosa e irónica na forma como foi abordada a questão da saúde, questionando os critérios apresentados e sugerindo incoerências nas acusações, que classificou como associadas a um “orçamento comunista”. Referiu o programa “Jovens Mais” e o Cartão Jovem Municipal, defendendo que já são práticas consolidadas e amplamente conhecidas, não se justificando algumas dúvidas levantadas. Reforçou que a saúde é uma competência exclusiva do Governo e da Administração Central, afirmando que a transferência de competências tem sido acompanhada sobretudo de recursos materiais e não de financiamento adequado, mencionando também a integração de pessoal não pertencente aos quadros na área da educação. Indicou que devemos pensar naquilo que nós conseguimos até agora, nunca



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

esquecendo o que foi conquistado, mas a partir daí trabalharemos para aquilo que é o futuro de Arraiolos.

Não havendo mais questões, procedeu-se à votação da proposta, sendo aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor (CDU e PS) e quatro abstenções dos eleitos do PSD.

5. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA 2026:

Pela Presidente da Mesa foi colocada à discussão a proposta da C. M. que abaixo se transcreve: *“Nos termos do n.º 1. do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78º do Código do IRS.*

PROPOSTA - *Fixação da percentagem de 5%.”*

O Presidente da C. M. justificou a proposta considerando-a justa, porque incide sobre os salários mais elevados, o salário mínimo não faz retenção na fonte e que irá contribuir para o orçamento, tal como aqui foi dito várias vezes, tem que ser equilibrado e para poderem realizar a despesa prevista.

De acordo com a inscrição, interveio o Bruno Queirós que apresentou uma proposta para que a percentagem fosse de 2,5% em vez dos 5% propostos pelo executivo.

A Presidente da Mesa referiu que não compete à Assembleia fazer propostas, mas sim aprovar ou reprovar a proposta apresentada.

Retomou o membro Bruno indicando que o Partido Socialista considera que seria mais justo e equilibrado ser a Assembleia.

Usou da palavra o Presidente da C. M. indicando que o Partido Socialista apresentou essa proposta na reunião da Câmara Municipal tendo sido rejeitada.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa colocou à votação a proposta, sendo a mesma aprovada, por maioria, com onze votos favoráveis (CDU), seis votos contra (PS) e quatro abstenções do PSD.

Solicitando a palavra, Bruno Queirós apresentou a seguinte declaração de voto:

“Considerando a importância desta receita para o equilíbrio financeiro municipal, entendemos que a fixação da participação variável em 2,5% representa uma solução mais equilibrada e socialmente mais justa, permitindo ao município assegurar uma parte relevante da receita fiscal, ao mesmo tempo que devolve aos seus municípios uma parcela do seu esforço contributivo. Esta opção



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

traduz-se no alívio fiscal para as famílias residentes no Conselho, contribuindo para o aumento do rendimento disponível, o apoio à economia local e à fixação da população. Objetivos que se afiguram particularmente relevantes no atual contexto socioeconómico.

Assim, por considerarmos que a percentagem de 2,5% concilia de forma adequada à sustentabilidade financeira do município e com a proteção dos interesses dos munícipes, votamos favoravelmente a esta opção, manifestando por consequente o voto contra à proposta de fixação de 5%.”

6. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMI PARA 2026:

A Presidente da Mesa colocou à apreciação a seguinte proposta remetida pela C. M.:

“Competindo ao município fixar anualmente as taxas a aplicar:

PROPOSTA:

Conforme refere o artº. 112º. do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – aprovado pelo Decreto-Lei nº. 287/2003, de 12 de Novembro):

- *Prédios rústicos – 0,8%;*
- *Prédios urbanos – 0,3%*

De acordo com a Lei 56/2023, de 6 de outubro - nova redação do nº. 5 do mesmo artº. 36º. do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

- *Alargar o período de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para cinco anos, relativamente a prédios ou partes de prédio habitacionais que sejam construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados a habitação própria e permanente, cujo valor patrimonial tributário não exceda os 125 mil euros, e desde que o rendimento bruto anual do proprietário ou do seu agregado familiar não ultrapasse os 153 mil euros.”*

Usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal, que, antes de prestar esclarecimentos, proferiu um breve comentário relativamente à postura do Partido Socialista, referindo que a mesma difere consoante se encontra na oposição ou no exercício do poder, à frente das câmaras municipais. Acrescentou que basta observar a atuação do Partido Socialista noutros municípios do distrito para se perceber a sua posição nesta matéria. Relativamente ao IMI, referiu que a taxa tem sido fixada pelo mínimo legal, propondo-se a fixação de 0,8 para prédios rústicos e 0,3 para prédios urbanos.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, a Presidente da Mesa colocou à votação a proposta, sendo a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos favoráveis (CDU e PS) e quatro abstenções dos eleitos do PSD.

6. TAXA DE DERRAMA PARA 2025:

A Presidente da Mesa colocou à consideração do Presidente da C. M. para apresentação da proposta, tendo o mesmo resumidamente indicado:

- 0,5 sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o IRC para sujeitos passivos com o valor do negócio no ano anterior que não ultrapasse os 150 mil euros.
- 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o IRC para sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior superior a 150 mil euros
- Isentar de derrama às empresas que se fixem no Conselho e que criem pelo menos três postos de trabalho.

Sobre o assunto, interveio Pedro Correia, em nome da bancada do Partido Socialista, apresentou sugestão que consiste na alteração da taxa de 0,5% para um regime de isenção até ao valor de 150.000 euros, mantendo-se a taxa de 1,5% para valores superiores a esse montante e, igualmente, a isenção para entidades que criem mais três postos de trabalho.

A Presidente da Mesa colocou à votação a proposta da C. M., que foi aprovada, por maioria, com onze votos favoráveis (CDU), seis votos contra (PS) e quatro abstenções (PSD).

7. PROPOSTA DE FIXAÇÃO, PARA O ANO DE 2026, DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

A Presidente da mesa colocou à consideração do Presidente da C. M. para apresentação da proposta, o qual, resumidamente, indicou que o valor será de 0,25% para taxa municipal de direitos de passagem, considerando que a lei deveria permitir ser superior de forma as operadoras poderem contribuir mais para o orçamento municipal.

Não havendo qualquer inscrição a Presidente da Mesa colocou à votação a proposta, sendo a mesma aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor (CDU e PS) e quatro abstenções (PSD).

8. NÃO TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS DE SABUGUEIRO E GAFANHOEIRA (S. PEDRO):

A Presidente da Mesa colocou à consideração a seguinte proposta:

“Considerando que:



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

1. *Quer a Lei n.º 50/2018 (crf. O seu artigo 39º, n.º 4) quer o Decreto-lei 57/2019 (cfr. o seu artigo 2º, n.º 3) permitem manter as competências transferidas por lei dos municípios para as freguesias na esfera da competência dos municípios;*
2. *Estamos perante uma cláusula de salvaguarda que permite à Assembleia Municipal contrariar os efeitos decorrentes da lei de transferência de competências para as freguesias caso nada deliberasse em contrário;*
3. *Foram discutidas e analisadas, com todos os órgãos executivos das freguesias do concelho de Arraiolos, as competências constantes no número 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril;*
4. *Após as reuniões realizadas, a Câmara Municipal de Arraiolos e cada uma das Juntas de Freguesia de Sabugueiro e Gafanhoeira (S. Pedro) acordaram uma proposta de transferência de recursos para as freguesias, com vista ao exercício de competências, que por amplo consenso, se consideraram essenciais para a salvaguarda do interesse público, da promoção da coesão territorial, da melhoria da qualidade da prestação dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.*

Assim:

- *Conforme previsto no número 3, do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril, a Câmara Municipal de Arraiolos, reunida a 22 de dezembro de 2025, propõe à Assembleia Municipal de Arraiolos que delibere não transferir as competências c), d), e), g), h), i), j), k), l) e m) do número 1, do artigo 2.º, do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril, por considerar que as mesmas são indispensáveis para a gestão direta pelo município de espaços, vias, e equipamentos de natureza estruturante para o município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda a população e a todo o território concelhio.”*

Usando da palavra o Presidente da C. M. esclareceu que o ponto 8 e o ponto 9 se devem à desagregação da União de Freguesias em duas freguesias, sendo importante definir as competências, tal como acontece em todas as outras freguesias.

De seguida, interveio Maria Manuel indicando perceber que o proposto se deve à desagregação da União em duas freguesias distintas, contudo, julga fazer todo o sentido ser aprovado para todas as outras freguesias tendo em conta estar no início de nova legislatura face às eleições.

Presidente da C. M. respondeu estar prevista a sua renovação automática, obviamente com os ajustes previstos, nomeadamente no respeito ao acompanhamento da subida do salário mínimo.

Não havendo mais inscrições a Presidente da Mesa colocou à votação a proposta, sendo a mesma aprovada, por unanimidade.

9. AUTOS DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS POR LEI PARA AS FREGUESIAS:

A Presidente da Mesa apresentou as minutas dos autos de transferências de recursos para o exercício das competências transferidas por lei para as Juntas de Freguesia de Gafanhoeira (S. Pedro) e Sabugueiro.

Não havendo qualquer inscrição a Presidente da Mesa colocou à votação a proposta, sendo a mesma aprovada, por unanimidade.

Sendo meia-noite, a Presidente da Mesa declarou, de acordo com o regimento, que lhe competia colocar à consideração dos presentes a continuidade da reunião, uma vez que se iniciara um novo dia. Referiu ainda que presumia ser preferível prosseguir com os trabalhos naquele momento, em vez de os retomar no dia seguinte, embora reconhecesse a eventual existência de compromissos já assumidos.

Não tendo havido objeções, e após confirmação do acordo dos presentes, a Presidente concluiu dar continuidade à reunião.

10. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS:

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da C. M., que apresentou as minutas dos contratos interadministrativos a celebrar com as Juntas e União de Freguesias do Concelho, nos termos da alínea l) do artº 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos quais são definidos os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias, no domínio do Saneamento Básico (água).

Esclareceu ainda que os documentos foram previamente analisados com as respetivas Juntas e União de freguesias.

A Presidente da Mesa colocou à votação as minutas, separadamente, as quais todas mereceram aprovação por unanimidade.

INTERVENÇÃO DE PÚBLICO

A Presidente da Mesa cumprimentou e agradeceu a presença dos munícipes presentes, indicando a existência de duas inscrições, dando-lhes a palavra:

Carla Pavia começou por referir que não iria apresentar questões, mas sim algumas sugestões. A primeira sugestão incidiu sobre o regulamento das bolsas de acesso ao ensino superior, considerando que o mesmo deveria ser revisto. Referiu que um dos critérios atualmente definidos obriga todos os candidatos a apresentarem candidatura à bolsa da DGES. No entanto, salientou que, em muitos casos, os rendimentos do agregado familiar levam à exclusão dessa bolsa, o que acaba por provocar atrasos na resposta por parte da DGES e, conseqüentemente, na atribuição da bolsa por parte da autarquia. A segunda sugestão prendeu-se com o funcionamento do Radar Social, referiu existir uma delegação de competências na Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos no que diz respeito às respostas sociais, estando já identificados e acompanhados diversos casos. Nesse sentido, considerou que o Radar Social, na sua atual atuação, acaba por sobrepor intervenções, não evidenciando uma articulação eficaz. Acrescentou ainda existir algum desconhecimento relativamente às funções do mesmo, salientando que estas se devem limitar à sinalização e encaminhamento de casos, não devendo interferir ou duplicar intervenções já em curso.

Joana Carreiras começou por cumprimentar a Mesa da Assembleia, o Executivo, bem como todos os eleitos, desejando a todos um bom mandato. Referiu que, para quem não a conhecia, tinha estado naquela casa durante oito anos, inicialmente sozinha, acrescentando que sentia um enorme orgulho por contar agora com mais três colegas, considerando essa evolução muito positiva, uma vez que o trabalho em equipa é sempre mais enriquecedor. Manifestou o seu apreço pela instalação da CPCJ no concelho de Redondo, salientando que não fazia sentido que todos os concelhos vizinhos dispusessem desse organismo e o seu não. Recordou que, ao longo dos anos, o PSD de Arraiolos tinha trazido várias vezes este tema à Assembleia, expressando satisfação por ver finalmente essa necessidade concretizada, sobretudo em benefício das crianças e jovens em situação de risco. Expressou ainda o seu reconhecimento pelo caminho que estava a ser seguido relativamente à classificação do Tapete de Arraiolos, agradecendo à Câmara Municipal por ter dado continuidade ao processo, na sequência da proposta apresentada pela deputada do PSD, considerou tratar-se de um passo importante e que estavam no rumo certo. Concluiu, referindo não ter mais assuntos a acrescentar, e desejou a todos um excelente ano de 2026.

A Presidente da Mesa concluiu não ter sido colocada qualquer questão ao Presidente da C. M. pelo que, agradeceu as sugestões e os comentários, passando a palavra à 1.ª Secretária para leitura da minuta das deliberações, a qual foi elaborada para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Após ter sido colocada à votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 00:22H do dia 31/12, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.






